



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/03/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	1 - 2
1.2. JUÍZES.....	3
1.3. SEM ASSUNTO.....	4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. VARAS CRIMINAIS.....	5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	6
3.2. SEM ASSUNTO.....	7
3.3. SERVIDORES.....	8
3.4. VARAS CRIMINAIS.....	9 - 10
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. JUÍZES.....	11
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CAMPANHA.....	12
5.2. SEM ASSUNTO.....	13
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CAMPANHA.....	14 - 15
6.2. OBRAS/REFORMAS.....	16
6.3. SEM ASSUNTO.....	17 - 18
6.4. VARAS CRIMINAIS.....	19

Pág. 5

Fórum de São Luís realiza segunda campanha de vacinação de 2013

A Divisão Médica do Fórum Desembargador Sarney Costa realizou nessa quinta-feira (21), mais uma campanha de vacinação contra difteria e tétano, febre amarela, hepatite B e tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola). A ação ocorre regularmente, em média a cada dois meses, e tem como objetivo imunizar magistrados, servidores e seus dependentes, além dos funcionários das empresas terceirizadas que prestam serviços no Fórum.

Fórum de São Luís realiza segunda campanha de vacinação de 2013

A Divisão Médica do Fórum Desembargador Sarney Costa realizou nessa quinta-feira (21), mais uma campanha de vacinação contra difteria e tétano, febre amarela, hepatite B e tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola). A ação ocorre regularmente, em média a cada dois meses, e tem como objetivo imunizar magistrados, servidores e seus dependentes, além dos funcionários das empresas terceirizadas que prestam serviços no Fórum.

A analista judiciária

Andréa Portela Cerqueira, assistente social lotada na Divisão de Serviço Social e Psicologia, levou o filho André Gustavo Portela Cerqueira, de 12 anos, para tomar a dose da vacina contra febre amarela. "Sempre participo das campanhas de vacinação promovidas pelo Fórum e acredito que é imprescindível ter esse acompanhamento; é importante a imunização contra doenças consideradas comuns em um país tropical como o nosso", declarou a servidora.

De acordo com a che-

fe da Divisão Médica/Odontológica, Maria de Fátima Rodrigues, cerca de 82 magistrados, servidores e dependentes foram imunizados, sendo aplicadas 117 doses de vacinas. Apesar de o Fórum possuir mais de 700 servidores, a média de participação foi considerada positiva. "Como temos realizado com frequência essas campanhas, muitos já completaram o ciclo de vacinação", destacou a chefe da Divisão Médica.

A iniciativa contou com o apoio da Secretaria de Saúde do Estado, que

disponibilizou as vacinas e profissionais treinados para a aplicação das doses. No mês de abril deste ano, está prevista para ocorrer uma campanha de vacinação especial contra a gripe, acompanhando o calendário de vacinação nacional. A campanha de vacinação periódica realizada pela Divisão Médica/Odontológica será realizada no mês de maio.

Na primeira campanha de 2013, que ocorreu no mês de janeiro, foram imunizadas 130 pessoas e aplicadas 155 doses de vacinas.

Corregedor reúne juizes de comarcas do interior para discutir alterações em normas e sistemas

Alterações no sistema Themis, Jurisconsult, no Código de Normas e no Código de Divisão e Organização Judiciárias foram alguns assuntos debatidos, nesta sexta-feira (22), entre o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Carvalho Cunha, e cerca de 80 juizes de comarcas do interior do Estado do Maranhão. A reunião foi realizada no auditório do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, das 9h às 14h30.

“Teremos estas mudanças significativas em breve, que afetarão diretamente os juizes e, portanto, na mais justo

apresentar a eles todas essas propostas e dar um prazo para eles se manifestarem com sugestões e críticas”, justificou o corregedor-geral Cleones Cunha.

Cada magistrado participante da reunião recebeu um pen-drive com os documentos preparados para receber as possíveis alterações. Entre esses documentos estão: minuta do novo Código de Normas, sobre o qual os juizes podem apresentar sugestões até 6 de maio –; projeto de Provimento sobre a Lei Maria da Penha, que facilita procedimentos; e

proposta de lei complementar que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias. Sobre esses dois últimos, o prazo de envio de sugestões é até o dia 8 de abril.

Antes de detalhar as propostas de alteração das normas, o corregedor convidou a assessora de Comunicação da CGJ-MA Roberta Gomes para falar rapidamente sobre a importância da divulgação das ações da Justiça de 1º grau e das páginas da instituição nas redes sociais – Facebook (facebook.com/CGJMA) e Twitter (@CGJ_MA). O juiz Paulo de

Assis Ribeiro, que integra o Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão, também foi convidado pelo corregedor

para apresentar o relatório do Conselho Nacional de Justiça sobre as Metas 3 e 4 da Enasp. E o juiz Douglas de Melo, auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, apresentou aos juizes um panorama da situação dos presos provisórios, tema que gerou um debate importante entre os juizes que também possuem a competência de execução penal nas comarcas do interior.

DPE e DPU articulam parceria para garantir assistência jurídica a população de rua



Defensor público geral Aldy Mello durante reunião que discutiu atendimento a população de rua

A prestação de assistência jurídica a pessoas em situação de rua, em São Luís, foi tema de reunião entre representantes das Defensorias Públicas do Estado (DPE/MA) e da União (DPU/MA) e de representantes da Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social (Semcas). Foi acertada uma agenda conjunta para o início dos trabalhos.

Para o defensor público

geral do Estado, Aldy Mello Filho, somente com a união de esforços será possível pensar na estruturação de serviços públicos voltados ao segmento. "Trata-se de uma questão social preocupante, cujo enfrentamento requer a pactuação de compromissos de diversos atores, cada um dentro de sua esfera de atribuições, atuando de maneira harmônica e integrada", explicou.

À Defensoria Pública estadual caberá o acompanhamento de demandas relacionadas à regularização de documentos, solicitações na área da saúde, defesa em processos criminais e demais questões afetas à Justiça Estadual. No âmbito federal, as ações previdenciárias são algumas das demandas que poderão ser encaminhadas pela DPU. Representando a instituição, o defensor público Yuri Costa ressaltou a experiência já desenvolvida pela Defensoria de São Paulo no acompanhamento das populações de rua, destacando apenas a necessidade de definição das competências para o estabelecimento de um fluxo que obedeça às peculiaridades de atuação de cada órgão. "Propõe-se que as atividades ocorram nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP) que

funcionam em São Luís", pontuou. Presente à reunião, a superintendente de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semcas), Milena de Cássia Santos, informou que a rede municipal de atendimento às pessoas em situação de rua está sendo reorganizada, e que uma possível parceria com as Defensorias Estadual e da União será bem vinda. "Agregar mais um serviço ao nosso atendimento, sobretudo o jurídico cuja procura é muito grande, só vai garantir mais qualidade ao processo de resgate dessa população", destacou.

O próximo passo será a análise de possível termo de cooperação entre DPE, DPU e Semcas. Também participaram da reunião o defensor público estadual Edilson Santana Filho e a ouvidora geral da DPE, Mari-Silva Maia.

CASO STÊNIO MENDONÇA

Máximo Moura vai a Júri Popular na segunda-feira

Será submetido a júri popular na próxima segunda-feira (25), Máximo Moura Lima, o último pronunciado a ir a julgamento pela participação na trama que culminou na morte do delegado de Polícia Civil Stênio José Mendonça, em maio de 1997, na Avenida Litorânea, em São Luís. Ele seria o proprietário de um dos veículos utilizados na execução do delegado. As investigações apontaram que o carro era dirigido por Máximo Moura que, acompanhado de Claudenil de Jesus Silva, o Japonês, fez o monitoramento e apoio aos executores, inclusive para lhes dar fuga, caso necessário.

O julgamento está marcado para as 8h30, na sala de sessões do 2º Tribunal do Júri de São Luís, localizado no 1º andar do Fórum Des. Sarney Costa, no

Calhau, e será presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça André Charles Alcântara Martins Oliveira.

Máximo Moura deveria ter sido julgado em agosto do ano passado, mas em virtude da licença para tratamento de saúde do promotor Willer Siqueira Mendes Gomes, que atuaria na sessão do júri, o julgamento foi adiado. Claudenil de Jesus Silva, o Japonês, já foi julgado e condenado pela participação no crime.

Segundo relatório dos autos, o crime foi cometido por uma organização criminosa responsável pelo roubo de cargas no Maranhão, e que estava sendo investigada por Stênio Mendonça.

Execução - o delegado foi morto a tiros de revólver dis-

parados por José Vera Cruz Soares Fonseca, o Cabo Cruz, no dia 25 de maio de 1997, por volta das 11h30, na Praça do Pescador, na Avenida Litorânea. Acompanhava o executor José Rodrigues da Silva, o Zé Júlio, que, empunhando uma pistola, propiciou meios para facilitar a execução. Zé Júlio já foi julgado e condenado.

A empreitada criminosa, conforme as provas colhidas na época, foi organizada por José Humberto Gomes de Oliveira, o Bel, e por Joaquim Felipe de Sousa Neto, o Joaquim Lauristo, contando com a efetiva participação de Carlos Antônio Martins Santos, cunhado de Bel, e Carlos Antônio Maia Silva, o Carlinhos. Também participaram da trama Marcondes de Oliveira Pereira e Israel Cunha (Fala Fina). Joaquim Lauristo e

Carlinhos foram julgados e condenados pelo crime. Em outubro de 2008, Joaquim Lauristo, que já cumpria a pena em regime semiaberto, foi assassinado em São Luís.

No ano do crime, o Cabo Cruz, Marcondes de Oliveira, Israel Cunha (Fala Fina) e Humberto Gomes de Oliveira (Bel) foram assassinados, no dia 03 de julho, no município de Santa Inês (MA), fato que ficou conhecido como Chacina do Barro Vermelho. Em virtude de terem sido assassinados antes de serem denunciados, eles não constaram na denúncia do Ministério Público. Foram julgados pelo crime também o deputado José Gerardo de Abreu, os policiais civis Raimundo Jorge Gabina de Castro e Ilce Gabina de Moura e o delegado Luís de Moura Silva.

Táxis clandestinos aproveitam liminar que favorece cooperativa

Decisão judicial garante que táxi-lotação da Coopettaib explore o serviço, mas muitos outros motoristas intensificaram atuação na área do Anel Viário e Praça Deodoro ontem; para garantir benefício, outras cooperativas têm de entrar com ação na Justiça

Um dia após o juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Jorge Figueiredo dos Anjos, enviar para publicação do Diário da Justiça Eletrônico a sentença na qual determina que o Município de São Luís forneça a autorização da atividade de táxi-lotação aos associados da Cooperativa de Táxi e Transporte da Área Itaqui-Bacanga (Coopettaib), a movimentação de veículos que prestam o serviço foi intensa na Praça Deodoro e no Anel Viário, dois principais pontos da cidade onde o serviço é oferecido. Muitos clandestinos estão aproveitando a decisão judicial para explorar o transporte de passageiros na capital.

Na manhã de ontem, cerca de 20 veículos estavam estacionados no Anel Viário à espera de passageiros, apenas dois deles faziam parte da Coopettaib. Um dos condutores é Rafael de Jesus Pinto, que há um ano faz parte da cooperativa. "Há muitos carros atuando como lotação, não apenas os da cooperativa, pois há outras associações que também transportam os moradores do Itaqui-Bacanga para o Centro", afirmou.

A outra cooperativa que atua na área é a Cooperativa de Transporte Alternativo da Área Itaqui-Bacanga (Cooperbacanga), com 250 carros, além dos condutores que atuam de forma independente, como Ronaldo Cardoso. "Entre no serviço porque cada vez mais pessoas estão preferindo os carros aos ônibus, então não há concorrência e todo mundo consegue ter bons lucros no fim do mês", disse.

Outro ponto onde era grande a movimentação de táxis-lotação na manhã de ontem era a Praça Deodoro, onde mais de

20 veículos aguardavam na fila para o embarque de passageiros. Não há dados oficiais, mas, além da frota de mais de 400 veículos que exploram o serviço de táxi-lotação na região Itaqui-Bacanga, outros 300 carros circulam de forma independente em outros pontos da cidade, como na região da Cidade Operária. As estimativas são dos condutores que trabalham no setor.

Decisão - Em entrevista a **O Estado**, concedida na quinta-feira, dia 21, o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, que proferiu a sentença favorável à Coopettaib, afirmou que a decisão não abre precedentes para que outras cooperativas e associações tenham autorização para explorar o serviço. "O fato é que outras cooperativas, se quiserem, podem entrar com ações na Justiça requerendo o direito, mas cada processo tem uma análise específica e fica a critério do juiz responsável pela análise julgar de forma favorável ou não ao reclamante o mérito da ação", informou.

A sentença favorável aos cooperados da Coopettaib foi proferida na segunda-feira, dia 18, e encaminhada quinta-feira, dia 21, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico e tem efeito imediato, já que os condutores prestavam o serviço normalmente, apesar da proibição. A cooperativa tem 180 veículos associados atuando no serviço de táxi-lotação e outros 40 em débito com a cooperativa e, por isso, não podem circular utilizando o nome da associação. Cada veículo faz até 20 viagens por dia transportando até quatro passageiros por uma tarifa de R\$ 2,00.



Biaman Prado

Veículos de passeio formam fila dos dois lados da calçada para receber passageiros para a área Itaqui-Bacanga

Números

700

é o número estimado de táxis-lotação em São Luís

180

é a frota da Coopettaib

400

veículos particulares, em cooperativas, prestam o serviço de táxi-lotação na área Itaqui-Bacanga

10 mil

é o número estimado de passageiros que utilizam o serviço de táxi-lotação na localidade

Padronização - De acordo com Wanderlan Pinto, presidente da Coopettaib, com a decisão judicial, a cooperativa passará a cobrar que todos os associados estejam regularizados e com a documentação dos veículos em dia. "Agora vamos trabalhar para melhorar nosso serviço. Vamos padronizar os condutores e veículos, para que os passageiros possam identificá-los, além disso, vamos criar um canal para que a população possa fazer reclamações", informou.

Na área Itaqui-Bacanga, segundo levantamento dos condutores, pelo menos 10 mil pessoas preferem utilizar o serviço de táxi-lotação, alegando que a frota de ônibus disponível para a região é insuficiente. Os moradores da área reclamam ainda da superlotação e da demora de conduções nos pontos

de ônibus na área. "Criaram mais três linhas, mas elas só passam pela Avenida dos Portugueses, ou seja, quem mora dentro dos bairros continua com o mesmo problema", disse Elaine Martins, moradora do Anjo da Guarda. Atualmente, 130 ônibus, distribuídos em 25 linhas, atendem os 85 mil usuários do transporte coletivo na região Itaqui-Bacanga.

Segundo dados da Prefeitura de São Luís, 85 mil moradores da área Itaqui-Bacanga utilizam o serviço de transporte de passageiros prestado pelas empresas de ônibus que operam na cidade. Na área, reside uma população de 180 mil habitantes em quase 60 bairros e comunidades, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado entrou em conta-

Mais

Ação da Coopettaib contra o Município de São Luís requerendo a legalização do serviço foi ajuizada em 2011. Em outubro do mesmo ano, o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos concedeu liminar à cooperativa, que foi suspensa pela presidência do Tribunal de Justiça. Na segunda-feira, dia 18, o mérito da ação foi julgado de forma favorável aos cooperados. Segundo o titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, a decisão foi tomada com base no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que prevê esse tipo de serviço. Além disso, em diversas outras capitais brasileiras o táxi-lotação já foi legalizado. Ele considerou ainda que seria injusta com os moradores da área Itaqui-Bacanga a suspensão do serviço, já que o transporte oferecido pela Prefeitura é insuficiente.

to com a Prefeitura de São Luís para saber se a Procuradoria Geral do Município (PGM) recorrerá da decisão judicial e se a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) tomará alguma medida para disciplinar o serviço de táxi-lotação na capital e impedir que clandestinos passem a explorar o serviço, mas até o fechamento desta edição nenhuma resposta foi enviada. Por meio de nota, a Prefeitura informou que ainda não foi notificada da decisão judicial. A SMTT esclareceu ainda que aguarda medidas regulatórias do Legislativo municipal sobre a questão.

A Prefeitura frisou na nota que, no início desta semana, disponibilizou três novas linhas para melhorar a prestação do serviço na área, impactando em mais 285 viagens nos dias úteis.

Rumo à China I

A campanha "Tavinho, amor de mãe", criada no Poder Judiciário do Maranhão, está tomando conta das redes sociais.

A ideia surgiu de um pedido a amigos e logo se espalhou pela internet como uma corrente de solidariedade.

A mobilização busca arrecadar recursos para que o garoto Otávio Augusto Maranhão, de 6 anos, vítima de traumatismo craniano em um acidente de carro há dois anos, possa recuperar os movimentos e a fala.

Rumo à China II

O tratamento de que ele precisa, à base de injeções com células-tronco, só é feito pelo Instituto Beike Biotech, na China, e custa 32,3 mil dólares, cerca de 64 mil reais.

A mãe de Tavinho, a funcioná-

ria pública Tatiana Maranhão, pesquisou e conheceu outras duas crianças brasileiras beneficiadas pelo método.

A campanha, que conta com apoio do Tribunal de Justiça, vai mobilizar a população por meio de ações nas ruas, nos veículos de imprensa, internet e outras mídias.

Rumo à China III

Ao longo da semana, Tatiana Maranhão participou da reunião de lançamento com a equipe da assessoria de comunicação do TJ - que coordenará as ações - e disse estar feliz com a possibilidade de devolver a Tavinho a infância feliz interrompida por uma tragédia.

Interessados em participar da campanha podem depositar sua doação no Banco do Brasil, agência 2972-6, poupança 38313-9 (variação 51), em nome de Otávio Augusto Maranhão.

2ª Vara Criminal de Timon incinera processos antigos e VT será modernizada

Foram incinerados cerca de 200 processos que haviam sido arquivados; já a VT terá Sistema Judicial Eletrônico

TIMON - O juiz Francisco Soares Reis Júnior, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Timon, incinerou ontem processos antigos e objetos que estavam armazenados no depósito da Secretaria Judicial da vara. O objetivo da incineração, segundo o magistrado, era a desocupação do depósito judicial.

Foram incinerados na fomalha da Cerâmica Barro Forte aproximadamente 200 processos. "Esses processos já haviam sido arquivados e baixados da 1ª Vara para a 2ª. Eles não tinham relevân-

cia que justificasse a sua guarda", explicou Francisco Reis Júnior.

Além dos processos que estavam armazenados em caixas, foram incinerados objetos antigos, apreendidos há muito tempo e já sem utilidade, entre os quais televisão, aparelho de som e capacete.

VT - A instalação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) na Vara do Trabalho (VT) de Timon, na Região Leste Maranhense, ocorrerá na segunda-feira (25), às 16h, na sede da VT, localizada na Avenida

Jaime Rios, n.º 536, Centro.

A solenidade de instalação será conduzida pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) e presidente do Comitê Regional do PJe-JT, James Magno Araújo Farias, e pelo juiz titular da VT, Francisco José de Carvalho Neto.

Na semana passada, servidores da VT participaram de treinamento que os capacitou para utilização do PJe-JT. A capacitação foi ministrada pelo servidor da Vara Trabalhista de Barreirinhas, Gutemberg Pereira Vidal Santos.

Último suspeito no Caso Stênio será julgado na segunda-feira

Máximo Moura Lima foi pronunciado a julgamento como o proprietário de um dos veículos usados pelo bando para dar cobertura aos matadores do delegado; crime ocorreu em maio de 1997, na Praça do Pescador, na Avenida Litorânea

Será submetido a júri popular na segunda-feira (25) Máximo Moura Lima, o último pronunciado a julgamento pela participação na trama que culminou na morte do delegado de Polícia Civil Stênio José Mendonça, em maio de 1997, na Avenida Litorânea, em São Luís. Ele seria o proprietário de um dos veículos utilizados na execução do policial. As investigações revelaram que o carro era dirigido por Máximo Moura, que, em companhia de Claudenil de Jesus Silva, o *Japonês*, fez o monitoramento e apoio aos executores, inclusive para lhes dar fuga, caso necessário.

O julgamento está marcado para as 8h30, na sala de sessões do 2º Tribunal do Júri de São Luís, localizado no 1º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, e será presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça André Charles Alcântara Martins Oliveira.

Máximo Moura deveria ter sido julgado em agosto do ano passado, mas, em virtude da licença para tratamento de saúde do promotor Willer Siqueira Mendes Gomes, que atuaria na

Mais

No ano do crime, o *Cabo Cruz*, Marcondes de Oliveira, Israel Cunha, o *Fala Fina*, e Humberto Gomes de Oliveira, o *Bel*, foram assassinados, no dia 3 de julho, no município de Santa Inês, fato que ficou conhecido como a Chacina do Barro Vermelho. Em virtude de terem sido assassinados antes de serem denunciados, eles não constaram na denúncia do Ministério Público. Foram julgados pelo crime também o deputado José Gerardo de Abreu, os policiais civis Raimundo Jorge Gabina de Castro e Ilce Gabina de Moura e o delegado Luís de Moura Silva.

sessão do júri, o julgamento foi adiado. Claudenil de Jesus Silva já foi julgado e condenado pela participação no crime.

Segundo relatório dos autos, o crime foi cometido por uma organização criminosa responsável pelo roubo de cargas no Maranhão e que estava sendo investigada por Stênio Mendonça.

Execução - O delegado foi morto a tiros de revólver disparados por José Vera Cruz Soares Fonseca, o *Cabo Cruz*, no dia 25 de maio de 1997, por volta das 11h30, na Praça do Pescador, na Avenida Litorânea. Acompanhada o executor José Rodrigues da Silva, o *Zé Júlio*, que, empunhando uma pistola, propiciou meios para facilitar a execução. *Zé Júlio* já foi julgado e condenado.

A empreitada criminosa, conforme as provas colhidas na época, teria sido organizada por José Humberto Gomes de Oliveira, o *Bel*, e por Joaquim Felipe de Sousa Neto, o *Joaquim Lauristo*, contando com a efetiva participação de Carlos Antônio Martins Santos, cunhado de *Bel*, e Carlos Antônio Maia Silva, o *Carlinhos*. Também participaram da trama Marcondes de Oliveira Pereira e Israel Cunha, o *Fala Fina*. *Joaquim Lauristo* e *Carlinhos* foram julgados e condenados pelo crime. Em outubro de 2008, *Joaquim Lauristo*, que já cumpria a pena em regime semi-aberto, foi assassinado em São Luís.

Científica

Vem aí, no mês de abril, a II Jornada Científica promovida pelo Curso de Direito do Instituto Florence de Ensino Superior: JurisFlorence. Com o tema “Poder Judiciário e o Estado Democrático de Direito”. A conferência de abertura terá a participação de Mônica Tereza Sousa, mestre e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e docente do Mestrado da Universidade Federal do Maranhão. Ela discorrerá sobre o tema “Desenvolvimento e o poder judiciário no Estado Democrático de Direito”.

• Investigação

Após o processo investigatório, o delegado solicitou ao Poder Judiciário a prisão de "bar". Os mandados de buscas e apreensão foram expedidos pelo Juiz Marco Aurélio, da Comarca de Alcântara. Nas buscas realizadas na casa do suspeito, os policiais apreenderam 20 petecas de crack, dois revólveres, sendo um calibre 38 municiado, e uma espingarda calibre 16, além da quantia de R\$ 234,00. Após receber voz de prisão, Sebastião Duarte foi encaminhado ao distrito policial. Ao ser interrogado, ele delatou que havia alugado uma quitinete, na área conhecida como "Toca do lobo", para esconder o entorpecente. No local, foram apreendidas mais 1.830 petecas de crack. De acordo com o delegado Jarbas, cada peteca era revendida ao valor de R\$ 5,00. No distrito policial, Sebastião foi autuado em flagrante por tráfico e porte ilegal de arma de fogo. Ele ficará detido aguardando decisão judicial.

Judiciário

A Comissão da Comemoração aos 200 anos do Tribunal de Justiça já lançou a marca que identificará as comemorações do bicentenário da instituição, em novembro. A marca está vinculada a uma campanha institucional promovida para informar sobre o momento histórico em que a Corte estadual de Justiça completa 200 anos de atuação na sociedade maranhense e na Justiça brasileira.

Polinter cumpre mandado de prisão contra assaltante

O assaltante Carlos Edney Costa Serra, de 40 anos, foi preso por policiais da Polinter em cumprimento a um mandado de prisão. O acusado foi condenado a 4 anos de prisão por decisão do juiz Fernando Luis Mendes, titular da 7ª Vara Criminal da Capital. Carlos Edney foi capturado em sua residência, que fica localizada na Avenida 12, no IV Conjunto Cohab.

Ele é acusado de ter cometido um assalto no ano de 2002 nas proximidades do CSU da Cohab e ter roubado todos os pertences da vítima. Após ter sido preso, Carlos Eney foi conduzido para a sede da Polinter, na Vila Palmeira, onde foi informado acerca da condenação e em seguida foi encaminhado, pelo delegado Couto Júnior, para o Centro de Triagem em Pedrinhas. (S.A)

• Cerca de 200 estudantes de escolas de São Luís vão assistir palestra sobre a história do Tribunal de Justiça do Maranhão, na terça-feira (26), às 9h, no auditório do Palácio da Justiça. O evento integra a programação comemorativa do bicentenário da Corte estadual, que atingirá o ponto alto no dia 4 de novembro deste ano, data da instalação do Tribunal.

• A palestra, “Tribunal de Justiça do Maranhão – 200 Anos”, será ministrada pelo desembargador aposentado Milson de Souza Coutinho, historiador e autor do livro “História do Tribunal de Justiça do Maranhão – 1619-1999”, que descreve fatos relevantes da trajetória da instituição, dos tempos de Colônia, passando pelo Império e República.

História

Dia 26, o historiador e desembargador aposentado Milson Coutinho profere palestra sobre a história do Tribunal de Justiça do Maranhão no auditório do Palácio da Justiça, em São Luís, para estudantes de escolas da capital.

TJ-MA anuncia nova licitação para Fórum de Porto Franco

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, anunciou nova licitação para continuidade das obras do novo fórum de Porto Franco. O procedimento ocorrerá na próxima terça-feira (26), na modalidade concorrência pública. Em razão de problemas estruturais e da falta de salubridade do atual fórum – o que afeta servidores e atividades forenses – o presidente determinou urgência e fiscalização rigorosa dos serviços.

Guerreiro Júnior recebeu relatório técnico diretoria de Engenharia do TJ-MA, com histórico da obra, motivos de rompimento do contrato anterior e anexo fotográfico onde é possível constatar a impossibilidade de funcionamento do fórum atual.

O presidente se solidarizou com relatos dos servidores da comarca. Na próxima semana, o tribunal vai alugar imóvel para receber provisoriamente as atividades jurisdicionais da comarca

(a 732 quilômetros de São Luís). A medida sairá de comum acordo com a direção do fórum.

O prédio onde funciona o fórum de Porto Franco é de propriedade da prefeitura, e cedido ao Judiciário. A manutenção do imóvel sempre foi de responsabilidade do executivo municipal, contudo a mudança de gestão cessou o acordo. A má conservação do imóvel foi agravada com a chegada do período de chuvas. Foram encontrados ratos e morcegos no local.

Há também problemas com o fórum em construção. Segundo relatório entregue ao presidente, o contrato de prestação de serviços 125/2011 foi rescindido em razão condicionantes do terreno, do projeto e da execução. Esses fatores tornavam a obra irrealizável por questões de razoabilidade e economia. A construtora contratada para a obra anterior, por exemplo, vai responder a sindicância administrativa por ter recebido pagamentos por serviços não executados.

Polinter prende mais um foragido da Justiça

Policiais da equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter), por meio de informações repassadas pelo Disque-Denúncia (3223-5800) recapturaram, na manhã de ontem (22), mais um foragido da Justiça. Carlos Edney Costa Serra, de 40 anos, havia sido condenado por envolvimento em um roubo na Região Metropolitana de São Luís.

A prisão ocorreu na própria residência do foragido, localizada na Avenida 12, Rua

11, casa 7, Bairro Cohab Anil IV, em São Luís. Contra ele, havia um mandado de prisão, em aberto, com sentença condenatória de quatro anos, por roubo. O crime ocorreu no ano de 2002 no Bairro da Cohab.

O mandado foi expedido pelo juiz Fernando Luiz Mendes, titular da 7ª Vara Criminal da capital. Após ser detido, ele foi conduzido à sede da Polinter e encaminhado ao Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde vai permanecer à disposição da Justiça.

Justiça determina que distribuidora de medicamento suspenda paralisação

O Município de São Luís obteve liminar favorável em ação cautelar inespecífica ajuizada perante a 4ª Vara da Fazenda Pública solicitando que esta determinasse que a empresa Pronto Express Logística LTDA, distribuidora de medicamentos, abstenha-se de paralisar ou suspender qualquer tipo de serviço pelo prazo de 90 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10 mil. A Pronto Express Logística LTDA é distribuidora de medicamentos.

PÁGINA 2

Justiça determina que distribuidora de medicamento suspenda paralisação de serviço

O Município de São Luís, por intermédio da Procuradoria Geral, obteve liminar favorável para uma ação cautelar inespecífica ajuizada perante a 4ª Vara da Fazenda Pública, solicitando que esta determinasse que a empresa Pronto Express Logística LTDA se abstenha de paralisar ou suspender qualquer tipo de serviço pelo prazo de 90 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10 mil.

A empresa Pronto Express Logística LTDA é distribuidora de medicamentos, outros insumos e materiais para o almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde (Semus) e havia ameaçado paralisar a entrega em razão de inadimplência decorrente da gestão anterior.

A 4ª Vara da Fazenda Pública deferiu na íntegra o pedido da Procuradoria Geral do Município, garantindo o interesse dos cidadãos de São Luís. Em seus argumentos, o procurador-geral, Marcos Braid, evocou o princípio da continuidade dos serviços públicos de saúde.

“É mesmo que haja inadimplência contratual por parte da Administração Pública para com os prestadores de serviço, a rescisão contratual ou a descontinuidade da execução dos contratos públicos nesta seara não se pode dar de forma repentina, de modo que venha a lesar a população que necessita destes serviços para a manutenção da saúde e mesmo da vida”, afirmou.